

RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: UM OLHAR RETROSPECTIVO

João de Deus Ramos

Em Março de 1979 – há 34 anos – cheguei a Pequim para abrir a nossa embaixada na República Popular da China. Era a concretização de uma ambição profissional e pessoal. Os 4 anos que vivera em Tóquio tinham deixado uma marcada admiração e gosto pela cultura japonesa e pelo Japão, daqui decorrendo o interesse em conhecer a sua fonte civilizacional, a China; e de um ponto de vista profissional, o desafio de abrir uma nova missão diplomática constituía um incentivo forte. Estabelecidas as relações diplomáticas entre Portugal e a China em começos de 1979, em Março parti para Pequim.

Como todos os visitantes estrangeiros que chegavam à capital do Império do Meio, aterrei no então antiquado e gasto aeroporto de Pequim, no termo de uma viagem num avião das linhas aéreas chinesas.

O caminho para a cidade passava por uma longa estrada direita e estreita, onde não circulavam mais que alguns carros oficiais, uns poucos autocarros, bicicletas e carroças, nada mais. Aonde estavam os milhões de chineses? Vi-os ao chegar à cidade, em ondas sucessivas de peões e bicicletas iguais, as campainhas a tocarem sempre, misturadas com as buzinas dos autocarros, únicos sons num pano de fundo de uma cidade soturna, cinzenta e poeirenta. Que contraste com a Pequim de hoje! Vivia-se na altura, em 1979, uma simbiose entre um entusiasmo contido pelas “modernizações” em curso, e um alívio profundo pelo termo do pesadelo da Revolução Cultural. Ao mesmo tempo, quase em contraponto, algum cinismo irónico perante o espectáculo do julgamento do Bando dos Quatro, que passava na televisão, e que fazia juntar grupos silenciosos nas ruas mal iluminadas, em frente de alguma loja do povo com um aparelho ligado.

Gostava de passear em Pequim, a pé, de dia e à noite. Em 1979 podia passear-se à vontade na praça Tiananmen, no velho bairro das legações, entrar na Cidade Proibida, visitar os pavilhões e salas, vazias, sem turistas, nem chineses nem estrangeiros. Lembro-me tão bem de estar no pavilhão *Tai be dian*, a olhar para o trono imperial, naquela sala completamente vazia mas tão cheia do peso e força da tradição e da história. Passados anos, em 1986, voltei lá: era proibido entrar no pavilhão, espreitava-se pelas janelas e portas, no meio de enormes multidões de visitantes.

Quando cheguei a Pequim, na Primavera de 1979, o *Wai Jiaobu* – o Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês – tinha disponibilizado para a nossa embaixada um intérprete chefe, o Senhor Qin. Era um homem inteligente e sensível, nos seus quarenta anos de idade, que estivera em França a aprender a língua e portanto fazia o seu trabalho de intérprete em Francês. A embaixada, acabada de abrir, estava instalada no hotel Pequim, onde uma suite e um quarto alugados serviam de chancelaria e residência. Partilhava uma mesa de trabalho com o Senhor Qin, e ao longo dos meses que estivemos no hotel criámos uma boa relação onde entrava estima genuína, e um sentido de pioneirismo partilhado por estarmos ambos ligados aos primeiros tempos de relacionamento diplomático, que era o recomeçar de um contacto de mais de quatro séculos entre duas nações, interrompido por três décadas de silêncio oficial. Apercebi-me que o Senhor Qin não resistia a folhear os livros – os meus – que guardava nas estantes desta chancelaria temporária. Não lhe perguntei – nem ele provavelmente me responderia – mas fiquei com a convicção de que aquela curiosidade nada tinha de “controlo” sobre as minhas leituras, mas antes reflectia a nostalgia de tempos e livros passados e perdidos no purgatório da Revolução Cultural. O Senhor Qin usava uma caneta Parker discretamente, e uma bicicleta Raleigh, com a marca cuidadosamente tapada por um adesivo, não fossem as coisas assanhar-se ideologicamente outra vez, com esses sinais suspeitos de ligação ao estrangeiro. Nele e em tantos outros pareceu-me ver a constante mescla entre o receio e o alívio, uma das características dos ambientes em Pequim naqueles anos. O receio afectava os chineses, sobretudo os mais velhos, de que pudessem voltar períodos de convulsão, desordem e perseguição política, como aquele, tremendo, de que acabavam de sair; e o alívio profundo, vivido por chineses e pelos estrangeiros também, decorria de estarem em curso tempos de abertura e esperança. Na altura, esses estrangeiros

eram o pessoal das missões diplomáticas, os jornalistas, os cooperantes, sendo reduzido o número de “businessmen” residentes. Este ambiente dinâmico – diria quase eufórico nalguns – suscitava camaradagem, partilha de informação e informalidade nos contactos entre os grupos diferentes. Nunca estivera, nem nunca voltei a estar, num posto com idêntica qualidade e intensidade de interacção profissional e pessoal entre os vários grupos de estrangeiros residentes, ao longo dos três anos em que lá vivi.

O Acordo assinado em Paris em 1979 pelos embaixadores de Portugal e da China, António Coimbra Martins e Han Kehua, foi devidamente publicitado e saudado entre nós. Volvidos quase cinco anos sobre o 25 de Abril, finalmente Portugal tinha relações formais com a grande potência asiática. Ao Acordo estava apensa uma acta secreta, na altura muito secreta mesmo, de que só tive conhecimento pouco antes de partir para Pequim. Fecharam-me num gabinete e deram-me o texto a ler, sem autorização para tirar quaisquer notas, muito menos obter qualquer cópia. Na gíria anglo-saxónica, era um documento “for your eyes only”.

Já em Pequim, os colegas das outras embaixadas, nada sabendo da acta secreta, nada perguntavam; à excepção dos ingleses, que desconfiavam da sua possível existência, e que não perdiam oportunidade de obter alguma confirmação através de numerosas e amigáveis – sempre – conversas sobre o nosso recente processo de estabelecimento de relações diplomáticas, e sobre a situação de Macau, de que com eles e Hong Kong éramos agora co-inquilinos da China.

O acordo de 1979 estabelecendo as relações diplomáticas, referia Macau como uma “questão legada pela história” que a seu tempo, quando os dois países assim o entendessem, seria resolvida através de conversações amigáveis. Uma vez formalizado este entendimento, foi clara a intenção chinesa a prazo de não mais abordar o assunto, aguardando que surgisse o tal momento oportuno para dar início às conversações.

Olhando para trás parece-me poder hoje caracterizar esses primeiros anos das renascidas relações luso-chinesas como o período da amizade, da cooperação, do consenso; período que durou até à Visita de Estado à China do Presidente Ramalho Eanes, em 1985. Foi este um marco significativo no meio milénio do nosso relacionamento: era a primeira visita, jamais, de um Chefe de Estado português ao Império

do Meio, e foi o momento escolhido pelos chineses para nos informar que, no entendimento deles, era chegada a altura de dar início às conversações sobre Macau. Em Portugal, onde as “cousas da China” andavam esquecidas ou ignoradas havia bastante tempo, a reacção foi por vezes negativa, manifestando-se aqui e ali em argumentos emocionais, simplistas, infundados, de que se não tivesse havido a visita a questão provavelmente não teria surgido; passou-se ao lado do facto de que as negociações sino-britânicas sobre Hong Kong estavam concluídas, que o processo de “reunificação da Mãe-Pátria” era prioritário e irrefutável para a China, que tinha os seus calendários políticos contra os quais não tínhamos argumentos como signatários do acordo de 1979.

Com esta visita presidencial terminava aquele ciclo de amizade e convergência, a que se seguiria um novo em que, não havendo “inimizade”, houve sempre alguma tensão subjacente. Era natural que assim fosse, pois uma grande e uma pequena potência iam ter que conversar, discutir e negociar a retrocessão de um território onde a soberania fôra mais ou menos partilhada ao longo de séculos. E havia que acautelar que a “face” ganha pela parte que ia recuperar uma parcela territorial, não olvidasse que a outra parte também tinha “face”. Este período de tensão subjacente – da visita presidencial de '85 à transferência de poderes em '99 – caracterizou-se por um relacionamento bilateral por assim dizer de monocultura, pois entre Lisboa e Pequim praticamente só se falava de Macau. Houve, no entanto, já em período de transição, pelo menos duas excepções assumidas: o então Director-Geral Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador António Vítor Monteiro, instituiu um processo de consultas regulares entre os dois ministérios, onde se abordavam todos os assuntos que não os de Macau; e o Ministro da Ciência e Tecnologia, Prof. José Mariano Gago, criou com o seu homólogo chinês um fórum de diálogo fecundo à margem dos assuntos do território. Este diálogo entre os Ministérios da Ciência dos dois países levou à criação do Centro Portugal-China da História da Ciência que tinha como patrono, curiosamente por sugestão chinesa, o notabilíssimo jesuíta português missionário na China do sec. XVII, Tomás Pereira.

O olhar retrospectivo que me sugere uma arrumação cronológica num período de amizade e convergência a que se segue outro de tensão subjacente, leva-me também a pensar que ao longo desses vinte anos

denso – de 1979 a 1999 – as coisas correram bem e alguma sorte ajudou ambos os lados no seu percurso conjunto.

Desde 1949 que a China tem recuperado e reaprendido o seu amor próprio, e regoziza-se naturalmente com o espantoso sucesso económico das últimas três décadas, permitindo mais facilmente uma atitude generosa e valorizante do passado comum com um pequeno país como o nosso. Desta atitude resulta, por exemplo, a criação em Macau, da plataforma dos países da CPLP e a existência de uma Parceria Estratégica desde 2005. No presente, não será exagerado qualificar de excelentes as relações luso-chinesas, podendo assim voltar a falar-se num novo ciclo de amizade e convergência, iniciado às zero horas do dia 20 de Dezembro de 1999, quando perante os dois Chefes de Estado, foi arreada a bandeira portuguesa e hasteada a chinesa em Macau, a Cidade do Nome de Deus na China, que naquele preciso momento passava a denominar-se Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China. Este momento foi vivido intensamente por portugueses, chineses e gentes de Macau e visto televisivamente pelo mundo inteiro. Aí estavam imagens com alguma beleza estética e simbólica, em que uma pequena potência de um continente e uma grande potência de outro mostravam que tinham resolvido uma questão difícil de uma forma aceitável para todos, sem ressentimentos assumidos, e que o olhar comum lançado para o futuro era de esperança.

Como referi acima, as coisas correram globalmente bem naquelas duas décadas de relacionamento luso-chinês, utilizando os chineses as suas técnicas e rituais de diálogo e negociação bem antigas e bem burladas. Quando na Primavera de 1986, constituída a delegação portuguesa, nos preparávamos para a primeira reunião plenária em Pequim que levaria no ano seguinte à assinatura da Declaração Conjunta sobre Macau, houve que “reaprender” a China e a dialogar com ela. A experiência do estabelecimento de relações diplomáticas em 1978-79 e a vivência daqueles primeiros anos tinha sido simples e algumas dificuldades facilmente superadas. O que agora estava em cima da mesa – o futuro de Macau – era matéria bem mais complexa, com vertentes políticas bem mais sensíveis e com objectivos que à partida não eram necessariamente convergentes. Para nós era imperativo ter em conta o passado histórico, tornando claro que o caso de Macau era bem distinto do de Hong Kong; quanto ao passado recente, ter presente que as nossas culpas no “século da humilhação” da China eram menores que as de outros países ocidentais; e era ainda necessário a nossa visão sobre o

enquadramento jurídico e político do território – resolvida que estava a questão da soberania pela Constituição de 1976 – e o seu estatuto á luz dos vectores da política externa e interna dos dois países. O chefe da delegação portuguesa, embaixador Rui Medina, trouxe consigo de Nova Iorque, onde era representante permanente junto da ONU, vários textos relativos à política externa chinesa, e no arquivo do Ministério foram desenterrados relatórios, pareceres, apontamentos e informações elaborados a partir de 1902, quando os dois países estabeleceram as suas missões diplomáticas permanentes em Lisboa e Pequim. No meio desta papelada que ficou à disposição da delegação para consulta, estava um texto publicado nos EUA sobre técnicas negociais chinesas ao qual na altura, se bem me lembro, ninguém ligou muito. O meu gosto pela História tinha-me levado a aprofundar as missões diplomáticas trocadas entre Lisboa e Pequim ao longo dos séculos XVII e XVIII e parecia claro que as técnicas negociais e os rituais de diálogo usados pela República Popular da China connosco em torno da questão de Macau – o que acabava de acontecer – eram muito semelhantes e por vezes idênticos aos utilizados naqueles séculos pelas autoridades imperiais chinesas perante os nossos enviados régios. Fui consultar o tal texto americano e de facto lá estavam, expostas de forma sistemática e concisa, as técnicas de que todos nós tivéramos a clara percepção à mesa das negociações, as mesmas constatadas na documentação três séculos antes. Neste ponto como noutros, o nível de preparação da delegação portuguesa terá ficado porventura aquém do desejado, por razões de circunstância, de pressa, quiçá da nossa índole meridional; mas as mesmas razões, talvez, levaram a que a curva de aprendizagem fosse rápida e ascendente, permitindo colmatar plenamente algumas fragilidades iniciais.

Nos anos que vivi em Macau, de 1988 a 1991, conversava frequentemente com os jesuítas que lá residiam. Não poucas vezes avançavam interpretações de acontecimentos e previsões quanto ao futuro com um grau de profundidade e sabedoria de que muito beneficiei. O envolvimento num processo que culmina na entrega de uma parcela de território que nos pertenceu durante séculos a um outro Estado, não será idêntico, de um ponto de vista emocional, para quem entrega e para quem recebe. E isto é assim, mesmo quando se está inteiramente convicto de que não havia outro caminho possível para Macau. Com efeito, se Portugal não se sentasse à mesa das negociações, a China iria agir unilateralmente para recuperar Macau. Não é possível ter dúvidas fundadas

nesta matéria. Recorde-se tão só a visita da Primeiro-Ministro Margaret Thatcher a Pequim, que após a conversa com Deng Xiaoping não viu outra possibilidade, no caso de Hong Kong, que não fosse a via comercial. Mas no plano emocional é diferente e aí retenho a grata recordação de uma conversa com um daqueles padres jesuítas que me afirmava, em plena serenidade de convicção, que 1999 ia ser como outras datas na história de Macau, ou seja, que continuaria a ser aquele território com as suas características próprias, com um forte sentido pragmático que conseguira ultrapassar crises profundas e quesílias de soberania. Quem hoje visitar Macau, 13 anos já volvidos sobre a transferência de poderes, verá o acertado da previsão daquele religioso inaciano durante a década dos anos '80.

Macau é hoje China, como no fundo sempre foi; e continua a ser diferente do resto da China, como também sempre foi.

16 de Abril de 2013.